



Relatório. Contas. 2024

Alfândega do Porto

- 3 Conselho de Administração**
- 7 No bom caminho**
Diretor executivo
- 13 Centro de Congressos**
- 23 Atividade museológica e cultural**
- 37 Infraestruturas**
- 43 Recursos Financeiros**
- 50 Contas**
Demonstrações Financeiras
Relatório de Auditoria
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





Somos uma instituição que, ano após ano, apresenta resultados financeiros líquidos positivos. Resultados que têm melhorado todos os anos. Assim, aconteceu em 2024, como se demonstra neste Relatório.

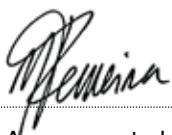
O valor que a nossa Instituição dá ao País, à Região e à cidade do Porto, vai muito além dos resultados financeiros. Com efeito, os eventos de dimensão internacional têm um impacto económico relevante, que tem sido avaliado na casa de dezenas de milhões de euros ano. Também na área cultural prestamos serviços significativos, que não são avaliados financeiramente.

Os associados têm motivos para aprovar este Relatório que demonstra um trabalho profícuo de todos os que trabalham nesta casa. Instituições similares costumam viver de subsídios. Nós somos contribuintes líquidos do desenvolvimento sustentado da sociedade em que existimos.

Porto, 27 de março de 2025.

O Conselho de Administração,

Presidente,



DouroAzul, S.A. representada por Dr. Mário Ferreira

Vogais,



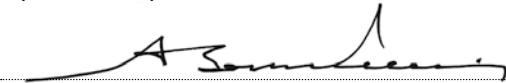
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., representada por Dr.^a Cláudia Soutinho



Quinta da Boeira Arte e Cultura, Lda.,
representada por Dr. Albino Sousa e Silva



STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.,
representada por Doutora Cristina Pimentel



Universidade do Porto,
representada por Reitor Prof. Doutor António Sousa Pereira

No bom caminho

A tecnologia, a economia e a sociedade são cada vez mais complexas, mais avançadas e sofisticadas. Contudo, os sistemas organizativos, tanto públicos, como privados, não são capazes de modernizar-se ao mesmo ritmo.

Carles Ramió

Os dados deste Relatório evidenciam que estamos no bom caminho. Um caminho exigente que percorremos há alguns anos. Um caminho de sucesso exigido e conduzido pelo Presidente Conselho de Administração e levado à prática por todos os que fazemos parte desta Instituição. Um caminho inacabado na medida em é possível chegar mais longe onde moram objetivos e resultados por conquistar.

Este Relatório evidencia um crescimento sustentado da nossa Instituição, facto que nos responsabiliza ainda mais face ao futuro.

O professor Carles Ramió, acima referido, explica que os avanços tecnológicos, económicos e sociais, apesar de complexos, vão à frente face à modernização nos processos de funcionamento nas organizações públicas e privadas. Processos qualitativos assentes no papel dos recursos humanos.

A qualidade é um valor intangível e, como tal, difícil de medir e de avaliar. Por isso, este Relatório não mostra o grau de motivação,

competência e eficiência de todos os que prestam serviço na Instituição. É nossa convicção que, também aqui, o balanço é sustentadamente positivo, mas reconhece-se que faltam dados objetivos para tal conclusão.

A conquista de resultados positivos passa, em grau muito elevado, pela qualidade dos serviços e das ações dos nossos recursos humanos. O princípio de melhoria contínua é determinante. No momento em que se adormeça ou se perca o objetivo de melhoria e de busca da excelência, logo surgirão a paralisia e o retrocesso.

O Relatório evidencia o passado recente que é de sucesso. Importa registar e analisar e logo projetar o futuro. Importa enaltecer os objetivos conquistados, mas ter consciência que dizem respeito ao passado. Importa ter consciência que apesar das tecnologias e dos avanços económicos e sociais, para a nossa Instituição o mais relevante é a competência, a dedicação, a motivação e a capacidade de fazer acontecer de todos e de cada um de nós.

Registemos o passado. Avancemos na conquista do futuro. É bem assertivo o ditado popular: *água passadas não movem moinhos*.

Em termos mais concretos importa sublinhar os principais aspectos da ação e gestão em 2024.

Sobre os dados financeiros

No após pandemia os rendimentos têm subido todos os anos. O aumento das despesas e investimentos têm sido inferiores ao aumento dos rendimentos. A sustentabilidade financeira está assim assegurada.

O quadro seguinte é claro.

	2020	2021	2022	2023	2024
Gastos	1 633 866 €	1 533 224 €	1 538 707 €	1 782 112 €	1 841 454 €
Rendimentos	772 463 €	1 435 814 €	2 239 059 €	2 946 976 €	3 191 329 €
RLE	-861 403 €	-97 410 €	700 352 €	1 164 864 €	1 349 875 €

Os resultados líquidos positivos permitem-nos investir em projetos relevantes, com recurso a verbas europeias, garantindo à Instituição a percentagem que nos diz respeito.

Manutenção das instalações e do edifício

A melhoria dos diversos espaços no edifício é uma preocupação constante. Ao longo do ano foram concretizadas as seguintes intervenções:

- + Raspagem e pintura em Epoxy Hall e do piso 0 da Ala Poente com uma área aproximada de 2500m²;
- + Substituição dos equipamentos de climatização da Sala do Arquivo, com recurso a unidades do tipo *rooftop*;
- + Aquisição de mobiliário de apoio aos eventos do Centro de Congressos. Foram adquiridas 150 mesas e 1000 cadeiras e carrinhos para transporte deste material bem como toalhas para as mesas;
- + Raspagem e envernizado do pavimento da Sala do Arquivo e corredor de acesso;
- + Colocação de portas em vidro no Salão Nobre;
- + Substituição das telas de *backout* do Salão Nobre;
- + Aquisição de um púlpito novo (digital) para o novo auditório;
- + Instalação de descarregadores de sobretensões nos quadros elétricos principais do edifício;
- + Tratamento e pintura das paredes do Hall do Centro de Congressos;
- + Pintura das paredes dos alçados interiores Poente e Nascente e do Alçado exterior Nascente;
- + Tratamento e pintura das entradas para os sanitários corpo central pisos 0, 1 e 2;
- + Reparação e pintura de todas as portas de madeira no 2º piso central junto à Sala dos Arquivo.

Centro de Congressos

O Centro de Congressos continua a ser o motor dinamizador da vida da Instituição, não só pelas receitas que garante, mas também pela projeção que permite da Alfândega do Porto.

O crescimento das atividades e dos eventos é a causa direta dos bons resultados financeiros da Instituição.

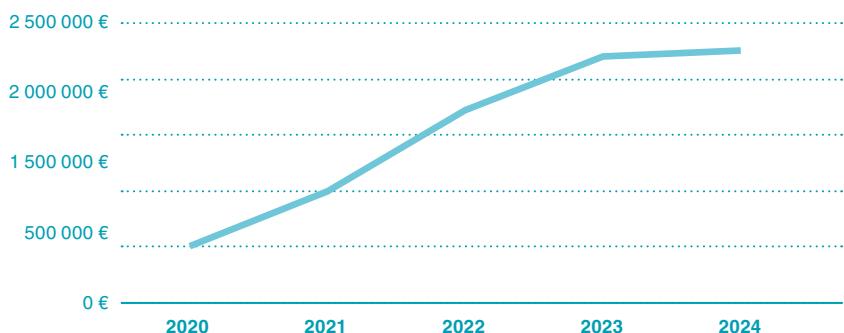
Assim, relativamente ao ano de 2024, importa registar:

- + O aumento do número de eventos relativamente a 2023 e aos anos anteriores;
- + A continuação dos eventos “âncora”, aqueles que se realizam regularmente nas nossas instalações tais como: White Wedding, o Salão Automóvel Híbrido e Elétrico, o NDC Porto,

a Expo Maratona, a Capital do Móvel, o Porto Drum Show, o Mercadinho do Bebé, a Exposição de Ourivesaria Alfândega Joias e o Imobinvent. Continuamos a ser a escolha para vários eventos nacionais, regionais e internacionais, tais como o Breaking World Battle & World Series, as Mostras Nacionais de Ciência e de Jovens Empreendedores, o Cardio4All, o Gaia Meeting, o RH Meeting, o TEDxPorto e o Porto Réveillon;

- + Os congressos internacionais com evidente impacto na economia que ano de 2024 foram 31 que trazem à cidade do Porto milhares de pessoas a maioria delas de outros países;
- + As exposições que constituem uma forma ativa de cultura e que em 2024 aumentaram face aos anos anteriores;
- + A presença em feiras nacionais e internacionais é uma prática apresenta resultados notoriamente positivos;
- + A cedência de espaços para eventos, exposições e outras iniciativas apresenta um continuado crescimento, que se reflete no gráfico seguinte:

Cedência de espaços 2019–2023



Atividade Museológica e Cultural

O projeto museológico e cultural, após a classificação do Edifício da Alfândega do Porto como Monumento Nacional, no ano de 2024, desenvolveu-se com dois temas essenciais: o Património Imaterial e a Juventude.

De salientar as diversas parcerias com Instituições de referência, como Universidade do Porto, Universidade Católica do Porto,

Escola Profissional Ballet Teatro para o desenvolvimento de diversas atividades museológicas e culturais. De referir que além destas dinâmicas colaborativas há toda uma panóplia de iniciativas com a comunidade local, que assumem aspetos relevantes da nossa responsabilidade social.

Verificou-se um crescimento do número de visitantes, nomeadamente nas exposições museológicas Metamorfose de um Lugar e Museu Fora de Portas. O total de visitantes às exposições culturais e museológicas foi de 24.793. Embora se possa considerar razoável este número, sublinha-se que há uma margem significativa de crescimento, nomeadamente nas visitas ao Edifício.

Em conclusão, o ano de 2024 foi positivo em todas as áreas em que atuamos. Regista-se um crescimento que importa manter e reforçar.

Porto, 27 de março de 2025.

O Diretor Executivo,



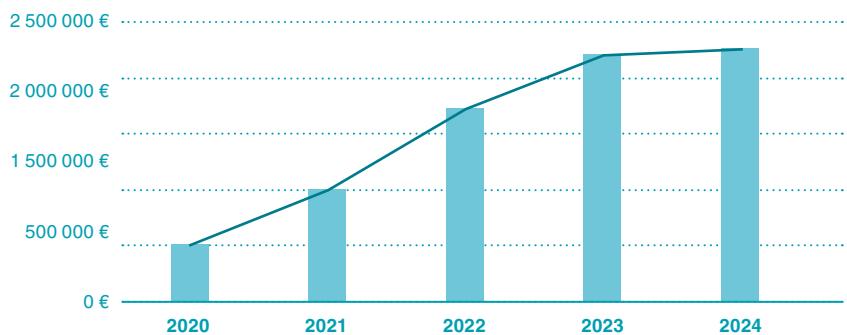
António Alberto Gouveia Santos

Centro de Congressos

Cedência de espaços

As receitas originadas pela cedência de espaços totalizaram um valor de 2.251.630 €, comparativamente aos 2.197.156 € do ano anterior. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos eventos ao longo dos últimos 4 anos, em que 2020 foi um ano difícil marcado pela pandemia. Ainda assim, realça-se o resultado verificado no ano de 2024.

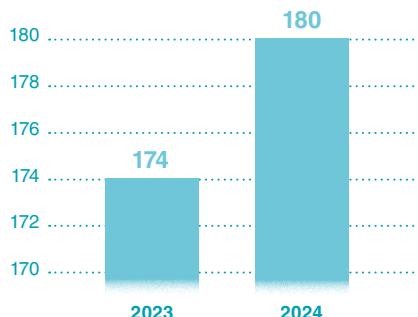
Cedência de espaços 2020–2024



Eventos realizados

Em 2024, o Centro de Congressos da Alfândega do Porto acolheu 180 eventos.

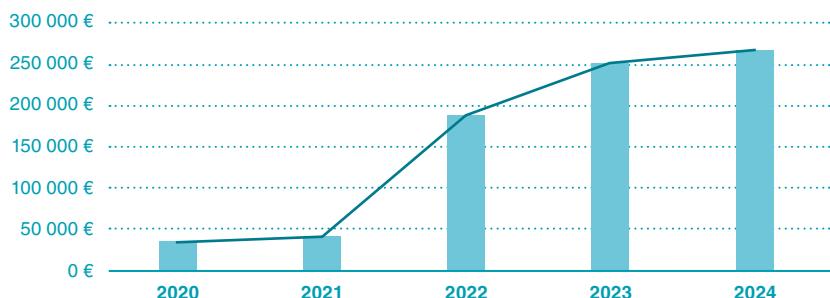
Nº Eventos



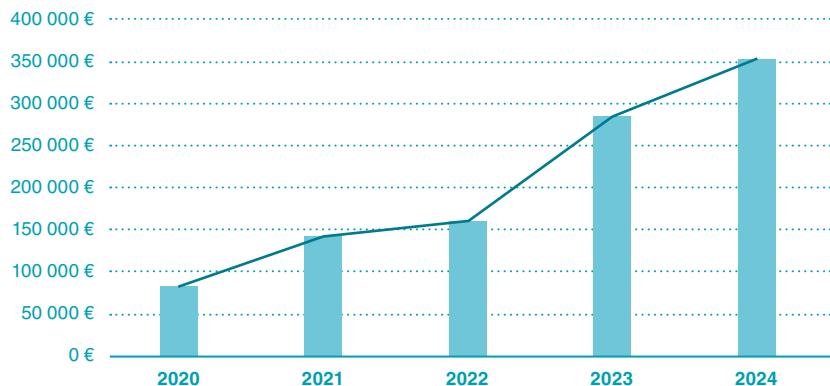
Receita proveniente dos parceiros de catering e audiovisuais

Em termos de comissões de catering e de audiovisuais, obtivemos 551.384 € em 2023 e em 2024 recebemos 642.313 €. Verificou-se um crescimento na ordem dos 14% de um ano para o outro.

Receita referente aos parceiros de Catering 2020–2024



Receita referente aos parceiros de Audiovisuais 2020–2024



Eventos em destaque

Entre os 180 eventos realizados ao longo do ano, destacamos os seguintes:

- + White Wedding
- + Simplesmente Vinho
- + Mercadinho do Bebé
- + Cleantek Show
- + EMIM Congress
- + Imobinvest
- + Fórum Regional de Segurança Social
- + Festival Forró Douro
- + TEDx Porto
- + Startup Portugal Summit
- + AEPC 2024
- + II Exposição de Ourivesaria | Alfândega Joias
- + HR Congress 2024
- + Mostra Nacional de Ciência
- + Mostra Nacional Jovens Empreendedores
- + 19th Intern. Congress of ISLD
- + IUA 2024
- + Congresso ISAP 2024
- + MELECON 2024
- + Fórum Nacional de Seguros
- + Encontro Ciência 2024 – FCT e UP
- + IAMOT 2024
- + Liga Portugal Awards
- + Congresso ESA
- + Breaking World Battle & World Series
- + Hapiness Camp
- + Gaia Meeting
- + Data Makers Fest
- + Kubernetes Community Days Porto
- + Capital do Móvel
- + Vacation Rental World Summit
- + Porto Coffee Week
- + 18.^ª Conferência do Conselho da Europa dos Ministros do Desporto
- + Salão Automóvel Híbrido e Elétrico
- + NDC Porto
- + Cardio4All
- + Porto Drum Show

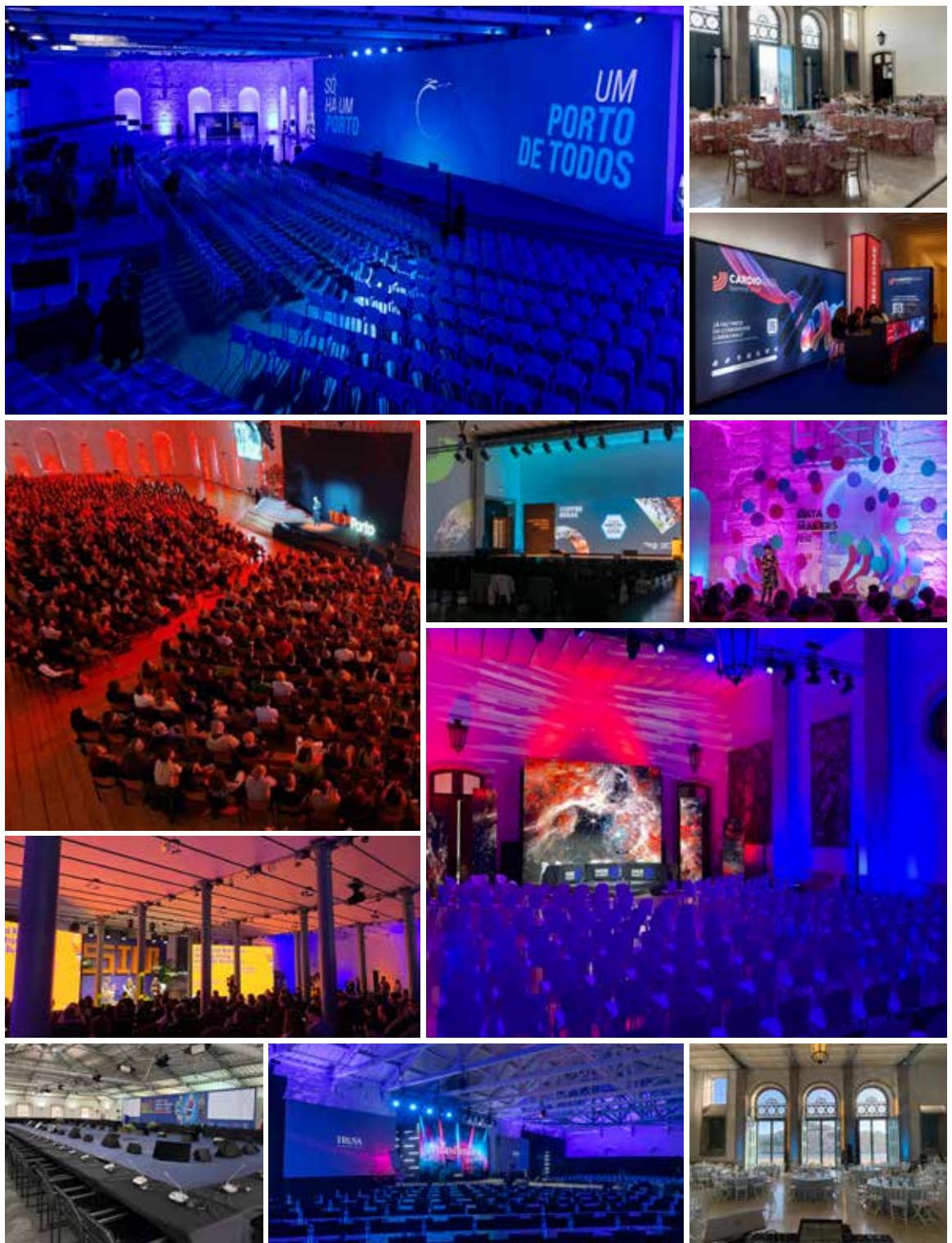
- + Expo Maratona
- + ABSL European Fórum
- + XXXVI Fórum de Dermatologia
- + Mostra de Negócios BNI Portucale
- + Prémio da Fundação António da Mota
- + Porto Tech Hub
- + Porto RH Meeting
- + AD&C Congress
- + Porto Réveillon

Eventos âncora

Um dos objetivos contínuos e indispensáveis do centro de congressos é a conservação dos eventos que consideramos “âncora”, eventos que se realizam regularmente nos nossos espaços. Em 2024 não foi exceção e voltamos a ser o local escolhido para eventos de referência, entre os quais as feiras especializadas do setor que têm assumido notório crescimento, tais como a White Wedding, o Salão Automóvel Híbrido e Elétrico, o NDC Porto, a Expo Maratona, a Capital do Móvel, o Porto Drum Show, o Mercadinho do Bebé, a Exposição de Ourivesaria Alfândega Joias e o Imobinvest. Continuamos a ser a escolha para vários eventos nacionais, regionais e internacionais, tais como o Breaking World Battle & World Series, as Mostras Nacionais de Ciência e de Jovens Empreendedores, o Cardio4All, o Gaia Meeting, o RH Meeting, o TEDxPorto e o Porto Réveillon. Foram ainda acolhidos novos eventos, que já contam com reservas para os próximos anos, e que se perspetivam como bons eventos anuais, tais o Festival Forró Douro, o Happiness Camp, o Porto Coffee Week e a Mostra de Negócios BNI Portucale (expo negócios).

Congressos internacionais

O ano de 2024 foi repleto de congressos internacionais de grande impacto na indústria. Recebemos 31 congressos internacionais, dos setores da tecnologia, ciência, saúde, desporto e engenharias. Importa referir que estes congressos trouxeram à Alfândega e à cidade do Porto, milhares de pessoas das mais variadas nacionalidades, que contribuíram significativamente para o crescimento e desenvolvimento da economia local, representando assim um retorno financeiro muito interessante para a cidade. O sucesso



destes congressos traduz-se nos elevados índices dos inquéritos de satisfação e nas reservas que já foram efetuadas pelos mesmos organizadores para anos futuros.

Exposições

Nos últimos quatro anos a Alfândega tornou-se num dos mais reconhecidos núcleos culturais da cidade e prevê-se esta tendência para os anos vindouros. São milhares de pessoas, nacionais e internacionais, que percorrem o nosso edifício para visitar as exposições temporárias/comerciais que por aqui passam. O aluguer dos nossos espaços para estas exposições aumentou exponencialmente e confere ao edifício uma vida que se coaduna e complementa a nossa própria oferta museológica.

Em 2024, acolhemos as exposições, “Impressive Monet & Brilliant Klimt”, “O Misterioso Egito”, “Living Van Gogh” e “Frida Kahlo – A vida de um ícone”. A exposição de longa duração “Porto Legends” mantem-se e com boas perspetivas. De referir que o cliente das exposições **Ocubo**, à semelhança do ano transato, tem sido alvo de nomeações, em prémios de referência no seu setor de atuação – experiência, cultura e entretenimento.

É novidade em 2024 a entrada de uma nova exposição do Município do Porto, no Piso 1 Nascente, que, a médio/longo prazo, tem por base ser o núcleo central do **Museu do Porto**, antes de passar a ter lugar definitivo no Palácio de São João Novo.

Envolvimento com parceiros – promoção do destino

2024 foi ainda um ano de grande aposta no que diz respeito à promoção do destino Porto e Norte de Portugal.

Tendo em vista o reforço da candidatura do Porto para receber em 2025 o congresso mundial da ICCA, em março deste ano, acolhemos no Salão Nobre o **1º Almoço do CLUB.E dos Eventos**, com cerca de 250 pessoas da *meetings industry*, que contou com a presença de Senthil Gopinath, CEO da ICCA e que reforçou a marca Alfândega enquanto centro de congressos.

Conjuntamente com as diversas entidades que se juntam para vender o destino como um local único para o turismo de negócios e lazer, a nossa Instituição apoiou também, em abril, a iniciativa **Wedding Destination Lab** Portugal – Brasil, organizada pela

Excelência de Portugal, que trouxe ao destino cerca de 100 profissionais e *influencers* da indústria dos casamentos – segmento em grande crescimento, a quem tivemos a oportunidade de apresentar o nosso *venue*.

Já em dezembro, o **Capítulo Ibérico da ICCA** reuniu as associações espanholas e portuguesas para dois dias de formação, *networking* e pura inspiração no coração de Sevilha, onde a Alfândega do Porto esteve presente e assumiu especial importância uma vez que foi o *venue* escolhido para acolher em 2025 o 64.^º Congresso da ICCA.

Participação em feiras nacionais e internacionais

O ano de 2024 foi recheado de participações da Alfândega quer a nível nacional quer internacional.

Em março o centro de congressos participou na **BTL**, um evento importante para a promoção do destino Portugal e de destinos internacionais. Por ocasião e a par dessa deslocação, a Alfândega participou ainda na iniciativa **MICE à mesa**, um evento que reuniu os profissionais da indústria dos eventos tendo como foco o *networking* e a partilha de experiências.

Já em maio, a convite do Turismo Porto e Norte, marcamos presença na principal feira de negócios, a **IMEX**, este ano em Frankfurt, uma deslocação que teve como objetivo estabelecer diversos contactos com agências internacionais do setor e posicionar a marca Alfândega como um interessante destino para acolher eventos internacionais.

Em julho estivemos presentes na **QSP Summit**, em Lisboa, um dos maiores eventos de gestão e marketing da Europa que teve como tema principal o “Rethinking the Organizations”.

Outubro foi o mês onde surgiu a oportunidade de participar no **Reinvent**, um evento também ele dedicado a profissionais, organizado pela Event Point e que promoveu o debate sobre temas atuais da indústria.

Também a convite do Turismo Porto e Norte, em novembro, o centro de congressos esteve representado no 63.^º **Congresso da ICCA**, em Abu Dhabi, onde foi debatido o futuro dos eventos a nível mundial, promovendoativamente as parcerias estratégicas com associações mundiais e organizadores de congressos. A participação neste evento de referência da ICCA teve também como principal

objetivo captar para Portugal, nomeadamente para o nosso venue, em 2025, este mesmo evento. A Alfândega marcou ainda presença na **Websummit Lisboa** e na **IBTM Barcelona** com o objetivo de se perceber as tendências para os próximos anos e definir opções estratégicas para a Instituição.

O compromisso contínuo em posicionar internacionalmente o centro de congressos e fomentar o networking como foco de crescimento, foi claramente intensificado este ano e continua a ser uma prioridade para os anos vindouros.



Atividade museológica e cultural

Na senda da classificação do Edifício da Alfândega e do Guindaste “Girafa” como Monumento Nacional, em julho de 2023, a atividade desenvolvida pelo Museu ao longo de 2024 viu ampliada a sua responsabilidade em termos da preservação, valorização e comunicação do património material e imaterial associado à história aduaneira o qual é valorizado e partilhado com a comunidade e legado para as gerações futuras.

O presente e o futuro dos Museus vivem-se no contexto de comunidades em permanente mudança que é agora, cada vez mais acelerada com os desafios colocados pelas alterações climáticas, pelos movimentos migratórios e pela inteligência artificial.

Perante estes desafios, a ação do Museu ancorou-se em dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, preconizados pelas Nações Unidas, e que acompanharam o caminho percorrido ao longo do último ano. Os ODS são os seguintes:

- + **Património Imaterial:** a promoção do património intangível como fonte dinâmica de inspiração e como testemunho de uma herança cultural coletiva, no passado, no presente e no futuro;
- + **Juventude:** o poder transformador dos jovens no coração da atividade dos museus, transformando-os em centros vibrantes de inovação, de cooperação, de desenvolvimento e crescimento económico, social e cultural.

Edifício da Alfândega e Coleção Aduaneira

Neste contexto, apresentamos as principais atividades desenvolvidas em 2024 tendo em consideração as áreas estratégicas apresentadas no documento “Alfândega do Porto: Opções Estratégicas. Plano. Orçamento 2024”.

A dinamização do espaço Alfândega bem como das coleções a si associadas deu corpo a várias realizações:

- + estadia de turma da licenciatura em Conservação e Restauro, da Universidade Católica do Porto, no âmbito da unidade curricular Técnicas de Inventariação, dando assim continuidade ao trabalho prático encetado em 2023 em termos de recolha e registo de dados relativos às coleções em Reservas para posterior processo de informatização do inventário;
- + desenvolvimento do projeto “Coleção Aduaneira: informatização de inventário”, pela empresa EMPATIA, o qual contou com co-financiamento ao abrigo do PROMUSEUS 2023 – Programa de Apoio aos Museus da Rede Portuguesa de Museus. No final desta ação, que permitiu a informatização, na base MSoftware, de parte de registos de inventário existentes em suporte papel, avançamos com a criação, no site do Museu, de uma área dedicada a exposições temporárias onde está já disponível a exposição “Sabor da Terra”, com fotografias de Duarte Belo e textos de Suzanne Daveau e José Mattoso;



- + renovação de acervo exposto na exposição “Metamorfose de um lugar: Museu das Alfândegas”, mais concretamente no Núcleo III sobre “Apreensões”, no Núcleo III sobre O Império dos Símbolos e Núcleo V sobre a construção da Alfândega, com integração de peças em reserva da coleção aduaneira, da coleção Ilícito e de imagens de arquivo;
- + visitas interpretativas ao Edifício da Alfândega do Porto para públicos diversificados (formato de Caça ao Tesouro para grupos entre os 6 e aos 12 anos), integradas em contexto escolar, nos eventos acolhidos no Centro de Congressos ou eventos temáticos como o Dia Nacional dos Centros Históricos, Semana do Turismo Industrial ou Dia dos Vizinhos em parceria com o Museu do Porto;
- + parceria com a Universidade do Porto no acolhimento, durante o mês de julho, de vinte grupos de jovens do 5º e 6º anos, integrados na Universidade Júnior 2024 que, ao longo de um dia de atividades, tiveram a possibilidade de conhecer melhor a história da Alfândega e experimentar o Despacho Aduaneiro desenvolvendo a oficina “Despachar depressa e bem não há quem!”. Esta dinâmica foi complementada com visitas à exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes” e a oficina D: Democracia ≠ Ditadura de modo a sensibilizar os mais jovens para os 50 anos da Democracia em Portugal;



- + programa de Natal, em parceria com a Escola Profissional Balleteatro, com apresentação, na Biblioteca da Alfândega, de momento de dança e do espetáculo “Pessoas”, dedicado aos heterónimos de Fernando Pessoa, por turma do curso de teatro dirigida por Rui Spranger;



- + obtenção para a Alfândega do Selo “Rotas do Norte”, atribuído pela CCDR Norte e Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, o qual reconheceu a adesão à Rota “Património Industrial a Norte” na sequência da sua integração na Rede Portuguesa de Turismo Industrial, desde janeiro de 2023. A atribuição deste Selo é condição para a admissibilidade de candidaturas ao NORTE 2030.

Valorização e Itinerância da Biblioteca da Alfândega

O desenvolvimento permanente das ações de tratamento técnico documental, conservação preventiva e catalogação do espólio documental foi complementado com:

- + dinamização da rubrica “Destaque do Mês” com apresentação mensal de uma obra em expositor próprio na Biblioteca da Alfândega;
- + renovação do Programa Educativo 2024-2025 com novas propostas que visam dinamizar a Biblioteca da Alfândega e o gosto pelo mundo dos livros e pela leitura, nomeadamente as oficinas “Knolling Literário” e “Aqui Há Bicho!”;



Exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes”

- + acolhimento da segunda edição da dinâmica “Teias do Saber e do Fazer”, em parceria com a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação. Durante dois dias, um grupo composto por técnicas das Bibliotecas da Universidade de Coimbra e dos Açores, e um aluno do mestrado em Ciência da Informação participaram ativamente em visitas exploratórias à Alfândega do Porto e na oficina de *Knolling Literário*;

Ao longo do ano de 2024, desenvolveram-se, alicerçadas nesta exposição, diversas ações que visaram assinalar os 50 Anos do 25 de Abril:

- + exposição temporária “Mulheres pela Liberdade” em celebração do Dia da Mulher;
- + instalação do “Corredor d’Abril”, no interior da própria exposição, permitindo complementá-la no que diz respeito a este período da história contemporânea portuguesa com materiais cedidos pelo Jornal de Notícias (reedição do primeiro número do JN elaborado já em democracia e livre de Censura, revista temática, fotografias e capas deste jornal relativas aos acontecimentos na cidade do Porto, nos anos de 1974 e 1975);
- + exposição de Coleção Fotográfica Evocativa do 25 de Abril no Porto, cedida pelo Sindicado dos Jornalistas do Norte;
- + visita noturna teatralizada “Liberdade a Duas Vozes”, em parceria com o Museu do Carro Eléctrico;



- + visitas de grupo complementadas com o Quizz Podias ou Não Podias? e Oficina D: Democracia ≠ Ditadura que exploraram, de forma prática e reflexiva, os períodos do Estado Novo e da Democracia no pós 25 de Abril recorrendo a cartazes, cartoons, livros, temas musicais, jornais de época, fotografias, reprodução de documentos oficiais...

Responsabilidade social / colaboração com a comunidade

A colaboração com a comunidade permite, ano após ano, acrescentar valor e cumprir com a responsabilidade social que a AMTC assume em termos da comunicação das suas temáticas. Foram várias as ações e os públicos alcançados com:

- + desenvolvimento mensal da Hora do Museu nas Pediatrias do CMIN – Centro Materno Infantil do Norte e IPO – Instituto Português de Oncologia com leitura de histórias, apresentação de peças das coleções, entre outras estratégias de modo a contribuir com momentos de descontração de crianças, famílias e profissionais de saúde;
- + apresentação da exposição itinerante “Alfândega do Porto: Museu Fora de Portas e desenvolvimento de oficinas práticas, bem como da ação “Conversas à Medida” alusivas a temas como História da Alfândega, Salvaguarda do Património, História da República Portuguesa, 50 Anos do 25 de Abril de 1974 em vários contextos Fora de Portas. O Museu, ao longo do ano, foi ao encontro das seguintes comunidades: Agrupamento de Escolas Frei João – Vila do Conde, Agrupamento de Escolas Padre Donaciano de Abreu Freire – Estarreja, Actiludic – Centro de Estudos (verão e natal) – Vila Nova de Gaia, Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (feminino), Estabelecimento



Prisional do Porto – Custóias, Escola Secundária João Gonçalves Zarco (ensino diurno e noturno) – Matosinhos, Colégio Internato dos Carvalhos – Vila Nova de Gaia, Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado – Joana/Vila Nova de Famalicão e Colégio do Forte – Vila do Conde;

+ preparação e acolhimento da 30ª Conferência Anual da IACM, na Alfândega do Porto entre 25 e 27 de setembro. Delegados de Museus Aduaneiros de Portugal, Finlândia, Luxemburgo, Lituânia, Hungria, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, China, Bélgica, Países Baixos e Ucrânia (remotamente) participaram na IACM General Assembly e num programa que integrou comunicações sobre o tema “Projetos em Parceria” e visitas culturais no território de proximidade. O Palácio da Bolsa, a Casa do Infante, o Museu do Carro Eléctrico e o espaço Fado Maior permitiram aos participantes conhecer um pouco melhor a história e cultura do Porto;



+ colaboração com a comunidade educativa no processo de formação académica e profissional através do acolhimento de estágios de alunos do Curso Profissional Comunicação Multimédia, do Colégio de Gaia, da licenciatura em Ciências da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e do Mestrado em Gestão das Organizações, do ISCAP – Instituto Politécnico do Porto.

- + acolhimento de exposições externas temporárias na Galeria Júlio Resende: “A Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil” (histórica), “Espelhos do Porto” com fotografias de Adelaide de Freitas, “Para Além das 48H”, ilustrativa da história do transporte da Água das Pedras desde a nascente, até à Régua e, numa segunda viagem, até à Alfândega do Porto;



- + participação em celebrações conjuntas com outras entidades culturais e a convite da Câmara Municipal do Porto:
- + Dia Nacional dos Centros Históricos com a visita “Velha Alfândega Nova”, em parceria com a Casa do Infante – Museu do Porto;
- + Dia Internacional dos Museus, com uma sessão do ciclo “Um Objeto e Seus Discursos”, na Biblioteca, alusiva à condição da mulher e inspirada na história da criação do posto de Apalpadeira na Alfândega, em parceria com o Museu do Porto;



- + Dia do Vizinho com a visita “Nova Alfândega Velha”, em parceria com a Casa do Infante – Museu do Porto;
- + Noite Europeia dos Museus com a apresentação da peça “Aventuras e Desventuras de Camilo e Zé do Telhado”, em parceria como grupo de teatro do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, “A Colmeia”.



- + Participação, a convite do Museu dos Carro Elétrico, no grupo de reflexão “Observatório Vale de Massarelos” que envolve a comunidade em redor deste território em momentos de encontro e análise acerca dos impactos da construção da nova ponte sobre o Douro. Participam também a Associação de Moradores de Massarelos, a Faculdade de Arquitetura, a Metro do Porto e a Biblioteca e Museu do Porto.

Comunicação

A dinamização da comunicação física e digital regular tem sido fundamental para (in)formar, cativar e fidelizar públicos. Em 2024 destacamos:

- + publicação de anúncios, durante o mês de abril, maio e junho, alusivos ao espaço Alfândega do Porto e à programação específica dos 50 Anos do 25 de Abril e Dia Internacional dos Museus e Noite Europeia dos Museus com apoio do JN – Jornal de Notícias;



- + criação no site institucional de área dedicada a exposições temporárias que se apresentaram ao público e, cujos conteúdos, ficam disponíveis no espaço virtual para memória

futura. Estão acessíveis os *flipbooks* das exposições “O Sabor da Terra” e “Mulheres pela Liberdade”; + participação na Autoclássico 2024, que decorreu em outubro na Exponor, a convite da organização deste evento. O stand próprio contou com a apresentação do modelo desportivo de fabrico nacional MARLEI, por peças da coleção de Mário Moreira Leite doadas ao Museu e materiais de promoção.



Públicos do Museu em 2024

Em 2024 registamos 22.677 bilhetes o que se traduziu num total acumulado de 24.793 visitantes já que existem bilhetes “combinados” que dão acesso a mais do que uma área temática. Registamos, portanto, um aumento de 15% face ao total de 19.714 visitantes registados em 2023 acompanhando a tendência nacional e regional de aumento do número de turistas.

O total de visitantes acumulado desdobra-se em 20.077 entradas dentro de portas e 4.716 participantes em atividades Fora de Portas que englobaram a apresentação do Museu em contexto escolar e prisional, a “Hora do Museu” dinamizada mensalmente nas Pediatrias do CMIN – Centro Materno Infantil do Norte e IPO do Porto e a estadia da exposição itinerante no exterior.

Como os bilhetes adquiridos, no contexto de visitas escolares, podem incluir uma ou mais áreas temáticas, nomeadamente os bilhetes de grupo em que a visita integra duas exposições/atividades, de modo a corresponder a várias áreas curriculares e objetivos pedagógicos, é pertinente apresentar a contagem das participações por áreas temáticas:

Visitantes por temáticas	2023	2024
O motor da República	10 843	10 423
Metamorfose de um Lugar	4 811	7 445
Edifício da Alfândega	2 225	1 556
Museu Fora de Portas	3 261	4 716
Outros visitantes	797	653

Tendo as visitas de grupo em contexto escolar uma significativa representação no total de visitantes, é patente no seguinte gráfico a dinâmica que as mesmas assumem ao longo do ano e conforme o calendário estabelecido para cada ano letivo.

Visitantes mensais 2024



Em relação aos turistas estrangeiros, que representam cerca de 14% da totalidade de visitantes, nota-se também uma subida de 2% face ao registado em 2023. Os países mais registados foram a França, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos da América e Alemanha, seguindo-se de perto o Brasil, Itália, Canadá e Polónia. Registaram-se ainda proveniências geográficas tão variadas como Irlanda, Países Baixos, Dinamarca, Roménia, Bulgária, Hungria, Chéquia, Eslováquia, Ucrânia, Japão, Taiwan, China, Israel, Rússia, Bélgica, Noruega, Suíça, Áustria, Suécia, Estónia, Letónia, Lituânia, Austrália, Venezuela, Índia, entre outros.

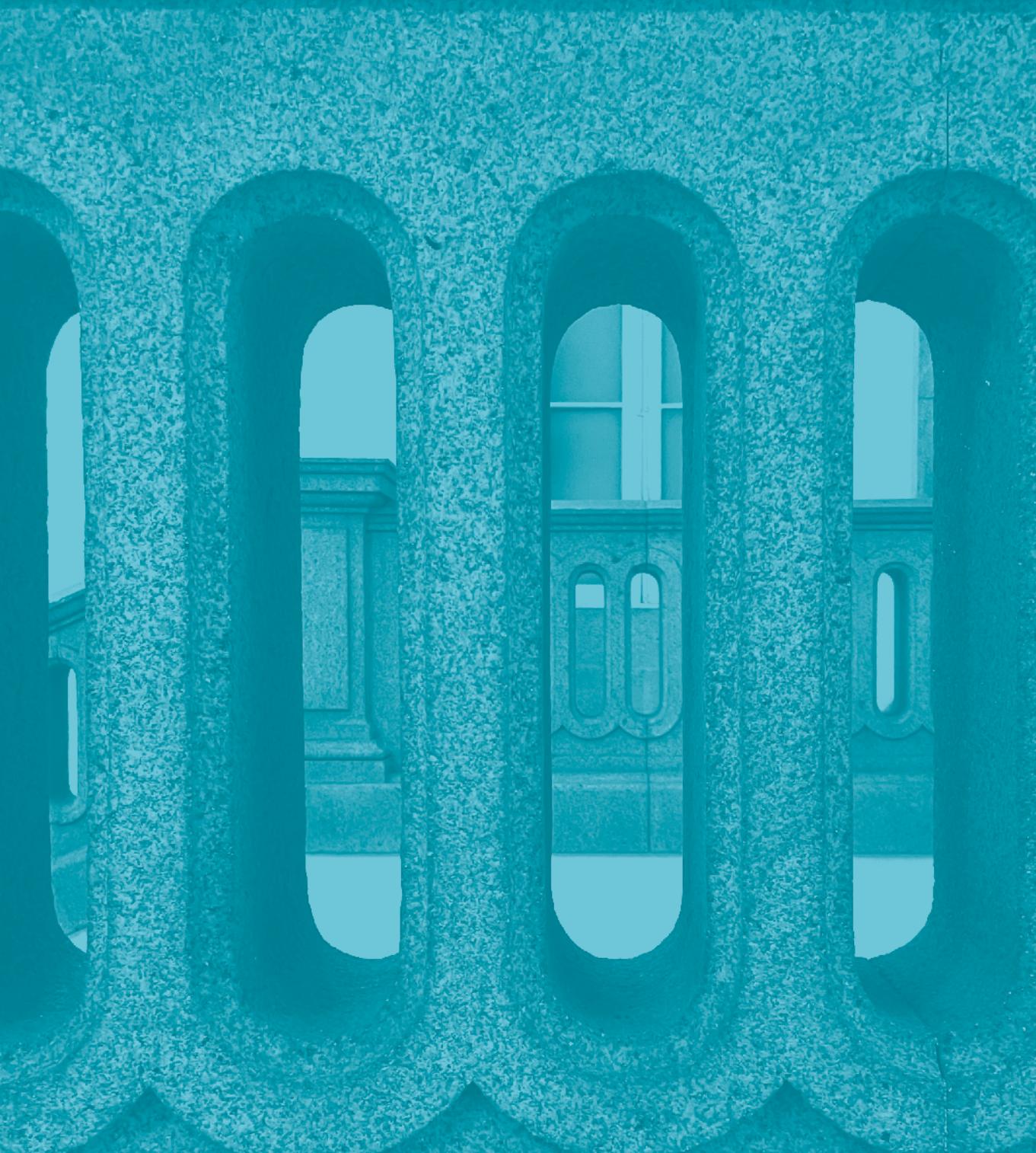
Temos ainda a registar um total de 11.661 visitas gratuitas, nomeadamente as visitas livres à Biblioteca e Museu da Alfândega,



os participantes nas atividades comemorativas como o Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia Internacional dos Museus, Noite Europeia dos Museus, Jornadas Europeias do Património e ainda os participantes na Hora do Museu nas Pediatrias Hospitalares, nas apresentações do Museu em contexto escolar e na itinerância da exposição “Alfândega do Porto: Museu fora de Portas”.

Estas visitas, constituem mais uma forma de cumprir a nossa responsabilidade social no que diz respeito à preservação e comunicação da história aduaneira com a comunidade, envolvendo-a em projetos de democracia cultural que incorporam os contributos de todos aqueles que desejam fazer parte deste superior desígnio: manter viva a memória da Alfândega Nova do Porto e garantir a sua permanência para as futuras gerações.

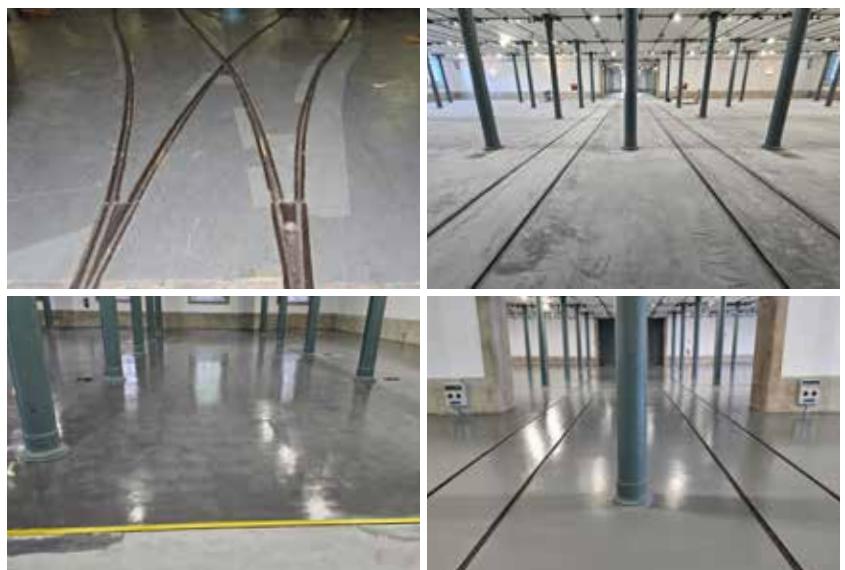
Em termos da sustentabilidade social o papel do Museu tem sido importante pois, atuando sob diversos formatos na comunicação do património aduaneiro e da relevância do papel dos transportes na sociedade contemporânea, tem contribuído para o reconhecimento das práticas culturais como bases para uma cidadania ativa, para a formação e reforço da identidade dos indivíduos, para a resiliência das comunidades face à complexidade e mutação permanente das realidades locais e globais.



Infraestruturas

Durante o ano de 2024 as ações de manutenção e ações corretivas mais revelantes no Edifício da Alfândega, foram as seguintes:

- + Raspagem e pintura em Epoxy Hall e do piso 0 da Ala Poente com uma área aproximada de 2500m².



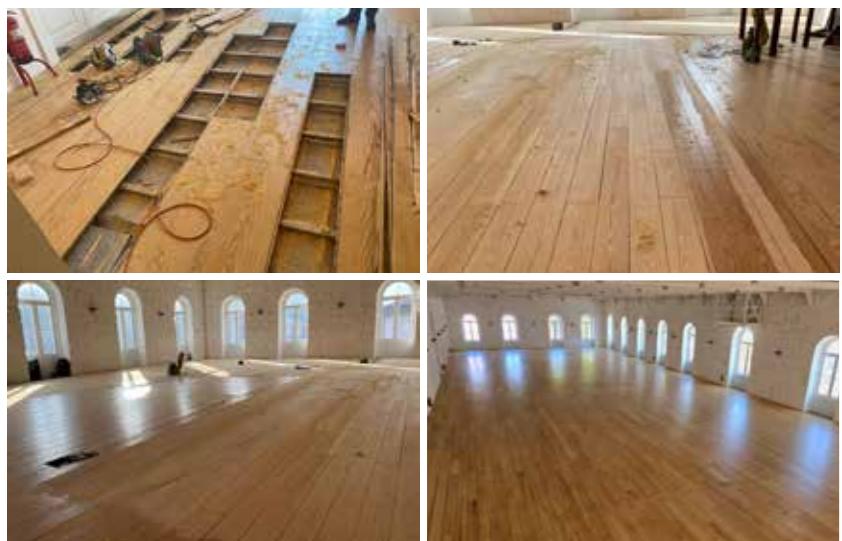
- + Substituição dos equipamentos de climatização da Sala do Arquivo, com recurso a unidades do tipo *rooftop*.



- + Aquisição de mobiliário de apoio aos eventos do Centro de Congressos. Foram adquiridas 150 mesas e 1000 cadeiras e carrinhos para transporte deste material bem como toalhas para as mesas.



- + Raspagem e envernizamento do pavimento da Sala do Arquivo e corredor de acesso.



- + Colocação de portas em vidro no Salão Nobre.



- + Substituição das telas de *backout* do Salão Nobre.
- + Aquisição de um púlpito novo (digital) para o novo auditório.
- + Instalação de descarregadores de sobretensões nos quadros eléctricos principais do edifício.
- + Substituição parede corredor Motores da Republica.



- + Tratamento e pintura das paredes do Hall do Centro de Congressos.



- + Tratamento e pintura das entradas para os sanitários corpo central pisos 0, 1 e 2.
- + Instalação de Ar Condicionado no novo auditório.

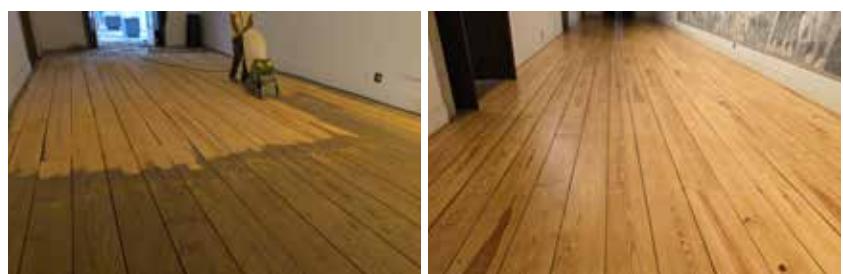
- + Pintura das paredes dos alçados interiores Poente e Nascente e do Alçado exterior Nascente.



- + Reparação e pintura de todas as portas de madeira no 2º piso central junto à Sala dos Arquivo.
- + Reparação das janelas Passadiço Poente.



- + Raspagem e envernizamento corredor Piso 1 Central.



- + Raspagem e envernizado do pavimento dos escritórios do 1º piso da ligação central-nascente.



- + Pinturas e reparações de várias paredes do Edifício.





Recursos Financeiros

Situação económica e financeira

O crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 1,7% em 2024, aumentar para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de acordo com o boletim económico de dezembro de 2024 publicado pelo Banco de Portugal.

Em 2024, a AMTC consolidou o seu crescimento, tendo obtido o melhor resultado de sempre que se fixou em 1.349.874,71 €.

O princípio base da prudência manteve-se na gestão criteriosa dos recursos. Nesse sentido, apenas foram realizados os investimentos considerados prioritários.

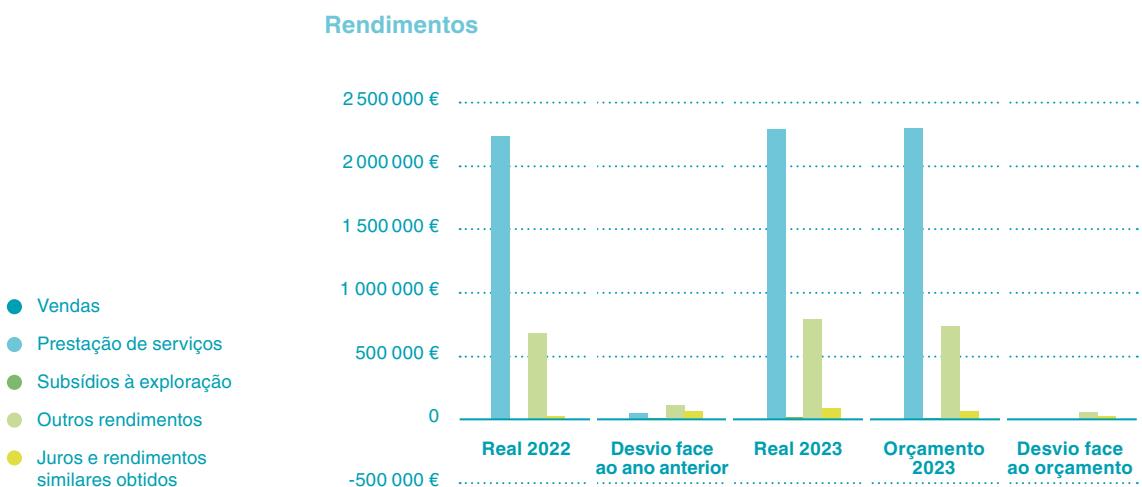
Neste Relatório e Contas, vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao orçamento aprovado para 2024 e à execução do ano anterior.

Os rendimentos obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 3.191.329 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um desvio positivo de 2,78 % face ao Orçamento.

Rendimentos	Real 2023*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2024*	Orçamento 2024*	Desvio face ao Orçamento*
Vendas	1 303	1 257	2 560	1 500	1 060
Prestação de serviços	2 234 614	52 624	2 287 238	2 293 400	-6 162
Subsídios à exploração	4 762	10 648	15 410	8 800	6 610
Outros rendimentos	677 686	114 765	792 451	735 300	57 151
Juros e rendimentos similares obtidos	28 610	65 060	93 670	66 000	27 670
Total	2 946 976	244 353	3 191 329	3 105 000	86 329

* valores em euros

O gráfico seguinte demonstra esta situação com maior detalhe:



Relativamente ao exercício anterior, registámos um aumento nos rendimentos de 244.353 euros. Face ao orçamento de 2024, houve um aumento de 86.329 euros. O principal desvio ocorreu na rubrica de outros rendimentos, que aumentou 114.765 euros face a 2023 e ficou 57.151 euros acima do orçamento. As prestações de

serviços continuam a ser a rubrica de maior peso com um montante de 2.287.238 euros e representam 72% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

O valor de subsídios à exploração corresponde às duas candidaturas apresentadas em 2024 junto da ATP (Associação de Turismo do Porto) e à candidatura apresentada ProMuseus 23/24 junto da RPM (Rede Portuguesa de Museus). Uma delas relativa ao Projeto MEET Porto, candidatura conjunta com parceiros do Centro de Congressos, no sentido de alavancar investimentos e potenciar resultados de ações de prospeção, promoção e vendas para captação de eventos de média a grande dimensão. A outra candidatura realizada foi individual e comparticipou 30% das despesas elegíveis no âmbito da participação em vários congressos. Por sua vez, a RPM financiou o projeto “Coleção Aduaneira – informatização do inventário” a 60%.

Também a rubrica de juros e rendimentos similares obtidos, traduziu um aumento de 65.060 euros face ao ano anterior e 27.670 euros de acordo com o orçamento. Tal acontece, porque os depósitos a prazo foram reforçados e negociados a taxas de juro mais atrativas.

As restantes rubricas não apresentaram grandes oscilações.

Em 2024, o **total de gastos** fixou-se em 1.841.454 euros, superior ao valor de 2023 em 59.342 €. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no orçamento para 2024, verificámos que o valor realizado ficou abaixo em 63.546 euros do previsto.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro abaixo:

Gastos	Real 2023*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2024*	Orçamento 2024*	Desvio face ao Orçamento*
CMV	466	38	505	500	5
FSE	750 515	-22 069	728 445	822 300	-93 855
Gastos com o pessoal	868 905	49 778	918 684	860 000	58 684
Gastos de depreciações/amortizações	139 767	38 501	178 269	200 500	-22 231
Outros gastos	22 458	-6 920	15 538	21 700	-6 162
Juros e gastos similares suportados	0	14	14	0	14
Total	1 782 112	59 342	1 841 454	1 905 000	-63 546

* valores em euros



A rubrica que com maior impacto é a de gastos com o pessoal, com um peso de 49,89% no total de gastos. Logo de seguida, a rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE), com 39,56%.

Os gastos de depreciações e amortizações com um valor de 178.269 euros, apresentaram um aumento face a 2023 de 38.501 euros. Em 2024, foram realizados vários investimentos previstos no orçamento e cuja depreciação foi contemplada.

Os outros gastos apresentaram uma ligeira diminuição de 6.920 € face a 2023.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2024 o **resultado líquido do período foi positivo no valor de 1.349.874,71 euros** enquanto no ano de 2023 havia sido positivo em 1.164.863,71 euros.

Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2024 fixou-se em 7.101.814 euros conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2023 este registava o valor de 5.602.906 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verificou-se um aumento resultante dos investimentos realizados ao longo do ano. Nos ativos correntes, em caixa e depósitos bancários, verificou-se uma oscilação positiva de 1.192.623 euros, desvio que resulta essencialmente do acréscimo da atividade.

Na conta de clientes registou-se uma variação negativa de 252.011 euros, porque houve algumas comissões relativas a eventos de final de ano que foram faturadas em meados de janeiro, apesar de ter sido feito o respetivo acréscimo de proveitos no ano de 2024.

Por sua vez, até 31 de dezembro de 2024 temos faturado 443.979 € como eventos futuros registados em diferimentos, dos quais faltam receber 165.172 euros.

Outra variação também significativa, ocorreu ao nível da rubrica Estado e Outros Entes Públicos no Passivo fruto do aumento da atividade.

À data de 31 de dezembro de 2024, a AMTC não tinha dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

No Passivo, registou-se um aumento na rubrica de fornecedores correntes de 30.450 euros face ao ano transato.

No final do ano os Fundos Patrimoniais ascenderam a 6.327.549 euros.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

- + Autonomia Financeira = 0,89
- + Solvabilidade Total = 8,17
- + Liquidez Geral = 7,08
- + Endividamento = 0,16

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente, mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a consequente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 89%, evidenciamos claramente um peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 8,17 indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 7,08 evidencia um equilíbrio financeiro que analisado em conjunto com o rácio do endividamento nos indica a capacidade de, com os nossos meios próprios enfrentarmos o futuro ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Com o aumento da atividade, todos os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez foram consolidados em 2024, apresentando uma evolução positiva face ao ano transato. Apesar do aumento da receita, a AMTC manteve uma política criteriosa na gestão dos recursos, de modo a cumprir o orçamento de 2024.

As ações desenvolvidas, os investimentos realizados e as medidas implementadas foram no sentido de adequar a atividade da AMTC e assegurar a continuidade das operações para os próximos exercícios, mediante a informação disponível à data.

Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2024 foi positivo em 1.349.874,71 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contas

1817

2

1817

1818

2

1818

1

1819

2

1819

1

1820



Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	8
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	20
6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	20
7. INVENTÁRIOS.....	20
8. CRÉDITOS A RECEBER.....	21
9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	22
10. OUTROS ATIVOS CORRENTES	23
11. DIFERIMENTOS	24
12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24
13. FUNDOS PATRIMONIAIS	25
13.1. RESERVAS – DOAÇÕES.....	25
13.2. RESULTADOS TRANSITADOS.....	25
14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES.....	26
15. FORNECEDORES.....	26
16. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27
17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27
18. GASTOS COM PESSOAL.....	28
19. OUTROS RENDIMENTOS	29
20. OUTROS GASTOS.....	29
21. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	30
22. IMPOSTO DO EXERCÍCIO	30
23. PARTES RELACIONADAS.....	32
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	33

Sofia Cavadas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: euros	
		31 Dezembro 2024	31 Dezembro 2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	1.730.897	1.293.680
Ativos intangíveis	5	7.070	8.248
Investimentos financeiros	3.3 e 6	3.836	3.836
		1.741.803	1.305.764
Ativo corrente			
Créditos a receber	3.5 e 8	224.226	476.237
Estado e outros entes públicos	9	145.934	145.934
Outros ativos correntes	3.5 e 10	192.097	75.367
Diferimentos	11	22.462	16.933
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 12	4.775.294	3.582.671
		5.360.012	4.297.142
Total do ativo		7.101.814	5.602.906
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Reservas - doações	3.2 e 13.1	341.434	340.333
Resultados transitados	13.2	4.636.240	3.471.377
		4.977.674	3.811.710
Resultado líquido do período		1.349.875	1.164.864
Total dos fundos patrimoniais		6.327.549	4.976.574
Passivo			
Passivo não corrente			
Outros passivos não correntes	14	17.011	16.670
		17.011	16.670
Passivo corrente			
Fornecedores	15	70.061	39.611
Estado e outros entes públicos	9	95.245	54.337
Outros passivos correntes	14	147.970	155.942
Diferimentos	11	443.979	359.772
		757.255	609.662
Total do passivo		774.266	626.332
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.101.814	5.602.906

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

Sofia Carvalho

The image shows three handwritten signatures in black ink. From left to right: 1) 'Sofia Carvalho' in cursive script; 2) 'António Oliveira' in a formal, cursive script; 3) 'André Soeiro' in a stylized, bold cursive script. Below the signatures, there is some very small, illegible handwriting.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rendimentos e Gastos	Notas	Unidade Monetária: euros	
		Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	16	2.289.798	2.235.916
Subsídios, doações e legados à exploração	3.11	15.410	4.762
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(505)	(466)
Fornecimentos e serviços externos	17	(728.445)	(750.515)
Gastos com o pessoal	18	(918.684)	(868.905)
Outros rendimentos	19	792.451	677.686
Outros gastos	20	(15.538)	(22.458)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.434.488	1.276.020
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(178.269)	(139.767)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.256.219	1.136.253
Juros e rendimentos similares obtidos	21	93.670	28.611
Juros e gastos similares suportados	21	(14)	-
Resultados antes de impostos		1.349.875	1.164.864
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 22	-	-
Resultado líquido do período		1.349.875	1.164.864

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

Softe Cavadas

The image shows three handwritten signatures. At the top left is a signature that appears to read 'M. M. Cavadas'. To its right is another signature that includes the name 'Jeniffer Cavadas'. Below these is a third signature that appears to read 'Ana Freitas'. A horizontal line or signature at the bottom right likely belongs to the auditor.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

		Unidade Monetária: euros			
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos associados			
	Notas	Reservas – Doações e Mecenato	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
A 1 de Janeiro de 2023		338.283	2.771.025	700.352	3.809.660
Alterações no período					
Aumentos		2.050	-	-	2.050
Aplicação de resultados		-	700.352	(700.352)	-
		2.050	700.352	(700.352)	2.050
Resultado líquido do período		-	-	1.164.864	1.164.864
Resultado integral		-	-	1.164.864	1.164.864
A 31 de Dezembro de 2023	13	340.333	3.471.377	1.164.864	4.976.574
A 1 de Janeiro de 2024		340.333	3.471.377	1.164.864	4.976.574
Alterações no período					
Aumentos		1.101	-	-	1.101
Aplicação de resultados		-	1.164.864	(1.164.864)	-
		1.101	1.164.864	(1.164.864)	1.101
Resultado líquido do período		-	-	1.349.875	1.349.875
Resultado integral		-	-	1.349.875	1.349.875
A 31 de Dezembro de 2024	13	341.434	4.636.240	1.349.875	6.327.549

A Contabilista Certificada,

Sofia Lavarada

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Unidade Monetária: euros	
		Períodos	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.5 e 8	2.710.781	2.193.153
Pagamentos a fornecedores	15	753.706	760.397
Pagamentos ao pessoal	18	918.684	868.905
		1.038.391	563.851
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	9	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	12	664.218	645.271
		1.702.609	1.209.122
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 3.15.2 e 4	603.642	568.583
Ativos intangíveis	3.15.2	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Juros, dividendos e outros rendimentos	22	-	-
Subsídios ao investimento	20	-	-
		(603.642)	(568.583)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	93.670	28.611
Outras operações de financiamento	3.6 e 12	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	(14)	-
Juros e gastos e similares	22	-	-
		93.656	28.611
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento			
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 12	1.192.623	669.149
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 12	3.582.671	2.913.522
		4.775.294	3.582.671

A Contabilista Certificado,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o Auto de Cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação. Expirado este prazo, o Auto de Cessão renovou-se automaticamente por mais 10 anos com efeitos a partir de 18 de outubro de 2024, nos termos da cláusula 9^a do Auto de Cessão.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:

- a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
- b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
- c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
- d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

A 14 de julho de 2023, foi publicado o Decreto-Lei n.º 16/2023, que classifica como monumento de interesse nacional o Edifício da Alfândega Nova, incluindo o guindaste exterior "A Girafa".

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de março de 2025.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sofia Lacerda

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do SNC em vigor em Portugal, nomeadamente, a norma NCRF para as entidades do sector não lucrativo, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Desta forma, a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho e a Portaria 218/2015 de 23 de julho, aprovaram os modelos de demonstrações financeiras e o código de contas específico para as ESNL, respetivamente.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

Só te Lava das

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a AMTC continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceitual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da AMTC, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Vidas úteis</u>
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Sofz Cavadas

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no Auto de Cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 18 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos, e que se renovou automaticamente por mais 10 anos, ou seja, até 18 de outubro de 2034.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

3.2. Doações recebidas

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

Para que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e "Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2024, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	2024	2023
Reservas	341.434	340.333
Reservas de doação:		
Reservas de doação – Espólio	324.671	323.570
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	2.173
Reservas de Mecenato:	5.000	5.000

Sofia Cavadas

3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são despreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um baixo volume de vendas. Após a renovação da loja *online* em 2021 e a redução generalizada dos preços, tem sido possível inverter esta tendência. No entanto, sem renovação do stock, torna-se mais complicado manter esta realidade, uma vez que existe menor variedade de artigos à medida que os mesmos são comercializados.

Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Conceitual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por "Loja" produtos relacionados com o "Vinho do Porto". Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado "O Motor da República – Os carros dos Presidentes", onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, livros, porcelanas, têxteis ou peles que podem ser consultados no edifício ou na loja *online* em www.loja.amtc.pt.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Softe Carvalho

3.5. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Sofr. Cavadas

Uma entidade deve despreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Sofre Carvalho

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de fundos patrimoniais "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios, doações e legados à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Sofre Cavada



3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Réido

O réido corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da AMTC. O réido é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sofz Cavadas



3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2024 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

Sofia Cavadas

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2023

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	13.931.891	72.477	137.998	1.301.347	39.780	15.483.493
Depreciações acumuladas	(13.391.568)	(51.025)	(126.373)	(1.050.841)	-	(14.619.807)
Valor líquido	540.323	21.452	11.625	250.506	39.780	863.686
31 de dezembro de 2023						
Adições	-	45.931	5.017	28.003	489.632	568.583
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	111.894	-	-	3.697	(115.591)	-
Depreciação - exercício	(99.662)	(11.483)	(12.025)	(15.419)	-	(138.589)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	12.232	34.448	(7.008)	16.281	374.041	429.994
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	14.043.785	81.418	143.015	1.333.047	413.821	16.015.086
Depreciações acumuladas	(13.491.230)	(25.518)	(138.398)	(1.066.260)	-	(14.721.406)
Valor líquido	552.555	55.900	4.617	266.787	413.821	1.293.680

Són Cavadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2024

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de janeiro de 2024						
Custo de aquisição	14.043.785	81.418	143.015	1.333.047	413.821	16.015.086
Depreciações acumuladas	(13.491.230)	(25.518)	(138.398)	(1.066.260)	-	(14.721.406)
Valor líquido	552.555	55.900	4.617	266.787	413.821	1.293.680
31 de dezembro de 2024						
Adições	36.365	-	20.055	9.813	537.750	603.983
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	889.388	-	-	-	(889.388)	-
Depreciação - exercício	(145.738)	(11.483)	(14.113)	(5.756)	-	(177.090)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	6.095	4.228	-	10.323
Valor líquido	780.015	(11.483)	12.037	8.285	(351.638)	437.216
31 de dezembro de 2024						
Custo de aquisição	14.969.538	81.418	163.070	1.342.860	62.183	16.619.069
Depreciações acumuladas	(13.636.967)	(37.001)	(146.416)	(1.067.788)	-	(14.888.172)
Valor líquido	1.332.571	44.417	16.654	275.072	62.183	1.730.897

Sofr. Corrigida

N
F
J
S
J

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, no montante de 177.090 € e 138.589 €, respetivamente, estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

5. Ativos Intangíveis

A base de dados do Centro de Congressos é o ativo intangível que está atualmente a ser depreciado. Assim sendo, a 31 de dezembro a conta apresentava os seguintes valores:

	2024	2023
Ativos intangíveis		
Custo de Aquisição	11.783	11.783
Amortizações Acumuladas	(4.713)	(3.535)
	7.070	8.248

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as depreciações dos ativos intangíveis, no montante de 1.178 € e 1.178 €, respetivamente, estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

6. Investimentos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.

A 31 de dezembro de 2024, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 3.836 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 3.336 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

7. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um primeiro ajuste face às reais existências físicas, tendo-se registado em 2024 uma nova alteração.

Sofr. Cavadas

Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mercadorias	12.177	17.862
Ajustamentos a inventários (imparidade)	<u>(12.177)</u>	<u>(17.862)</u>
Total inventário	<u>-</u>	<u>-</u>

8. Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes	224.226	476.237
Clientes cobrança duvidosa	196.800	196.800
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(196.800)</u>	<u>(196.800)</u>
 Total saldo Clientes - correntes	 <u>224.226</u>	 <u>476.237</u>

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de catering, audiovisuais e outros prestados no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

Em 2024, a AMTC não constituiu perdas por imparidade, por não reconhecer risco de cobrança nos montantes em dívida, sendo que na sua maioria são referentes a eventos futuros.

só fiz cava das

9. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos são os seguintes:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	24.872	-	8.811
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	54.456	-	30.106
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	15.917	-	15.420
	145.934	95.245	145.934	54.337

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor. Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, foi interposta a competente ação de impugnação judicial em fevereiro de 2023. Neste momento aguarda-se a prolação da sentença.

O Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Em 2020, foi proferida sentença favorável a 2 destes processos. No entanto, a Autoridade Tributária interpôs recurso nos prazos legais para o efeito.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2024 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2024, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 98%. Em 2023 foi também de 98%.

Sofia Cavadas

10. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a decomposição da rubrica de Outros ativos correntes, é a seguinte:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	7.645	-	7.645	7.080	-	7.080
- Outros	142.416	-	142.416	30.223	-	30.223
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	41.308	-	41.308	36.830	-	36.830
Adiantamentos de fornecedores						
	728	-	728	1.234	-	1.234
Outros ativos correntes	192.097	-	192.097	75.367	-	75.367

Em 31 de dezembro de 2024, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Sótr Cavadas

J. P. Ferreira
JD
JPF

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros	11.207	10.088
Outros serviços	<u>11.255</u>	6.845
Gastos a reconhecer	<u>22.462</u>	<u>16.933</u>
Faturação antecipada de cedências de espaços	443.979	359.772
Rendimentos a reconhecer	<u>443.979</u>	<u>359.772</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2024 ou anteriores, mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes.

12. Caixa e depósitos bancários

12.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	1.259	1.102
Depósitos bancários	<u>4.774.035</u>	<u>3.581.569</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.775.294</u>	<u>3.582.671</u>

Sofré Cavadas

*M
J. P. Ferreira
GJ
TJP
AM*

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerário		
- Caixa	<u>1.259</u>	<u>1.102</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	774.035	931.569
- Depósitos a prazo	<u>4.000.000</u>	<u>2.650.000</u>
	<u>4.774.035</u>	<u>3.581.569</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>4.775.294</u>	<u>3.582.671</u>

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

13. Fundos Patrimoniais

13.1. Reservas – Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

13.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

Sofia Cavadas

14. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes e não correntes é como se segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de gastos						
Férias, sub.férias e enc.	126.321	-	126.321	116.068	-	116.068
Fornec. De investimento	-	17.011	17.011	-	16.670	16.670
Outros acréscimos	13.433	-	13.433	34.008	-	34.008
Outros devedores e credores						
- Outros credores	-	-	-	5.866	-	5.866
Adiantamento de clientes	<u>8.216</u>	<u>-</u>	<u>8.216</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros passivos correntes	<u>147.970</u>	<u>17.011</u>	<u>164.981</u>	<u>155.942</u>	<u>16.670</u>	<u>172.612</u>

15. Fornecedores

Descrição	2024	2023
Fornecedores correntes	<u>70.061</u>	<u>39.611</u>
Fornecedores	<u>70.061</u>	<u>39.611</u>

O saldo de fornecedor mais significativo refere-se aos gastos de eletricidade do mês de dezembro.

Sobre Cava das

16. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	2024	2023
Vendas de Produtos		
Mercado interno	2.560	1.303
Sub-total	2.560	1.303
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Cedências de espaços	2.251.630	2.197.156
Exploração bar	4.878	4.878
Bilhetes de entrada	27.230	29.079
Quotizações	3.500	3.500
Sub-total	2.287.238	2.234.613
Vendas e prestações de serviços	2.289.798	2.235.916

17. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

	2024	2023
Trabalhos especializados	i) 67.431	57.098
Publicidade e propaganda	ii) 8.284	7.889
Vigilância e segurança	81.667	77.813
Honorários	127.159	121.622
Comissões	iii) 39.655	50.556
Conservação e reparação	iv) 101.097	129.637
Ferramentas e utensílios	v) 10.037	9.061
Material de escritório	7.172	5.034
Eletricidade	115.611	145.551
Combustível	4.415	5.044
Água	17.255	14.529
Deslocações e estadas	20.753	12.696
Rendas e alugueres	8.674	3.928
Comunicação	15.275	17.277
Seguros	9.394	9.132
Despesas de representação	4.592	2.451
Limpeza, higiene e conforto	vi) 81.279	75.299
Outros	8.695	5.898
Fornecimentos e serviços externos	728.445	750.515

Sofr Cavadas

i) **Trabalhos especializados:** representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC.

ii) A rubrica de **publicidade e propaganda** no ano de 2024 corresponde às publicações periódicas em revistas especializadas na área dos eventos, e ainda ao Projeto MEET Porto promovido pela ATP.

iii) O valor a título de **comissões** pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta uma diminuição face ao valor registado no ano anterior resultante da natureza da angariação dos eventos realizados.

iv) Os gastos com **conservação e reparação** em 2024 são ligeiramente inferiores ao ano anterior.

v) **Ferramentas e utensílios:** nesta rubrica estão presentes os gastos em lâmpadas e material para manutenção.

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** os gastos decorrentes com o contrato de prestação de serviços de limpeza são os que têm maior expressão nesta rubrica.

18. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2024 e 2023, foram os seguintes:

	2024	2023
Remunerações Pessoal	735.353	707.851
Encargos sociais		
Segurança Social	159.307	137.436
CGA	12.968	12.714
Seg. Acidentes de trabalho	5.984	4.842
Outros gastos com pessoal	5.072	6.062
Gastos com o pessoal	918.684	868.905

O número médio de funcionários em 2024 foi de 26 (2023: 27).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

Sofia Cavadas

19. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2024	2023
Rendimentos suplementares	22.789	32.483
Comissões recebidas	i) 670.202	570.939
Prémio de parceria	ii) 86.708	48.739
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	1.338	1.338
Alienações ativos fixos tangíveis	-	23.000
Outros	<u>11.414</u>	<u>1.187</u>
	<u>792.451</u>	<u>677.686</u>

i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e *catering* angariados pelo Centro de Congressos.

ii) Rendimento recebido dos parceiros de *catering* e audiovisuais como contrapartida de angariação de clientes.

20. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	2024	2023
Impostos	1.854	7.195
Quotizações	13.390	12.990
Outros	<u>294</u>	<u>2.273</u>
	<u>15.538</u>	<u>22.458</u>

Sofr. Corrigidas

21. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2024 e 2023 é como se segue:

	2024	2023
Gastos financeiros		
Juros pagos	<u>14</u>	-
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	<u>93.670</u>	<u>28.611</u>
	<u>93.656</u>	<u>28.611</u>

Por força da movimentação da conta caucionada junto da CGD no momento da sua renovação, no ano de 2024 registaram-se gastos financeiros no montante de 14,47 €. Quanto aos rendimentos financeiros, verificou-se um aumento considerável justificado pela subida das taxas de juros dos depósitos a prazo.

22. Imposto do exercício

A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPI) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60º da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPI onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros. Porém, no dia

Sofia Cavadas



22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "...os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60º da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respetiva no valor 16.486,92 € e efetuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Sofre Cavadas

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, foi interposta a competente ação de impugnação judicial em fevereiro de 2023. Neste momento aguarda-se a prolação da sentença.

Assim, e relativamente ao 1º processo com o nº 12/11.9BEPRT, referente às liquidações de IRC de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75, foi proferida a sentença em outubro de 2020 e que julgou a impugnação totalmente procedente, anulando as liquidações de IRC em causa. Porém, foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, que ainda não foi objeto de admissão formal e consequente envio para apreciação nessa sede. Por força do disposto no artigo 183º-B do C.P.P.T., foi cancelada a garantia bancária prestada pela AMTC para suspensão do processo de execução fiscal relativo a estas dívidas, no valor de € 59.963,00 emitida em 05.04.2010.

Relativamente ao 2º processo com o nº 778/12.9BEPRT, referente às liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e no valor de € 145.933,68, foi também proferida sentença, em agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente e anulando as liquidações de IRC em causa, da qual foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, para o qual foi remetido o processo em novembro de 2020.

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

23. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os órgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

Sobre Cavadas

A AMTC, nos exercícios de 2024 e 2023, teve transações (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2024	2023	2024	2023
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	7.416	8.592	2.076	-
Douro Azul, Sociedade Marítimo- Turística, S.A.	503 416 436	12.900	18.132	1.230	3.690
Mysticinvest Holding, S.A.	514 310 286	4.800	6.000	-	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	5.312	7.047	-	2.844
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	900	900	-	-
Quinta da Boeira	504 435 922	900	900	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	208.080	43.044	13.186	12.300
Universidade do Porto	501 413 197	55.669	36.231	-	12.500

24. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Porto, 27 de março de 2025.

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

Sofia Laranjeira

Adriana Laranjeira

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total 7.101.814 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.327.549 euros, incluindo um resultado líquido de 1.349.875 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como descrito nas notas 9 e 22 do Anexo, no decurso do exercício de 2020, foram proferidas sentenças favoráveis à Entidade no diferendo que a opõe à Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC dos exercícios de 2005 a 2010, no montante agregado de 194.466 euros. Apesar disso, a oponente interpôs recurso das decisões para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando-se o resultado dessa iniciativa, o Conselho de Administração reforça a sua convicção no desfecho final favorável à Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



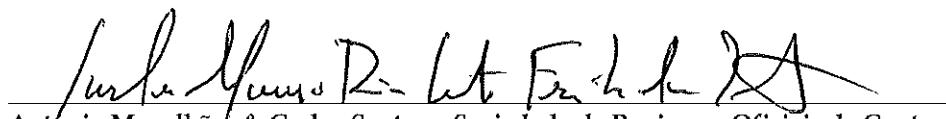
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2025



António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - ROC nº.1314

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da "ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" (Associação).

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

A exemplo do ocorrido nos últimos exercícios, 2024 revelou-se mais um ano de crescimento da Associação nas suas mais variadas vertentes da atividade, mais eventos realizados, mais visitantes, mais intervenções no edifício, entre outras, que culminaram, ao nível das demonstrações financeiras, com a obtenção dos melhores resultados de sempre da Instituição, facto que relevamos e com que muito nos congratulámos.

A correta definição estratégica, o enorme empenho da Associação, dos seus responsáveis e das suas equipas na contínua preservação e manutenção do Edifício da Alfândega do Porto, respeitando sempre o compromisso com o valor histórico e cultural do património edificado, conduz, de forma sustentável, ao reconhecimento nacional e internacional da Associação como referência no Sector

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Fundos Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

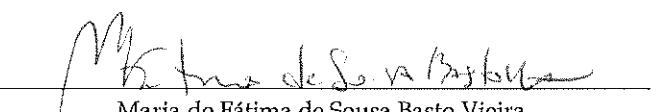
Este Relatório e Parecer é subscrito apenas pelos dois vogais do Conselho Fiscal, porquanto o Dr. Albino Jorge da Sousa e Silva, presidente do Conselho Fiscal, apresentou a sua renúncia ao cargo para o qual havia sido eleito, em 21 de fevereiro de 2025, não sendo possível a eleição de um substituto para essas funções até à data da emissão deste Relatório e Parecer.

Nestes termos, somos de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2024;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

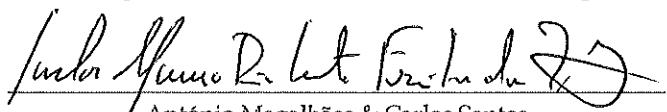
Porto, 28 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL



Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira

em representação da Universidade do Porto - Vogal



António Magalhães & Carlos Santos

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos

R.O.C. nº 1314 - Vogal



Alfândega
do Porto